

## **MINISTÉRIO PÚBLICO E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**

**HAMILTON CARVALHIDO**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Gostaria de cumprimentar a todos os participantes, parabenizar o Conselho por mais essa iniciativa e manifestar aos meus companheiros de Mesa a extraordinária satisfação de tê-los conosco. Cumprimento todos os magistrados, advogados, membros do Ministério Público, estudantes que estão conosco e, especialmente, o Sr. Álvaro Mayrink, ilustre professor, meu conterrâneo do Rio de Janeiro.

Integram a Mesa o Professor Rogério Lauria Tucci, conhecido de todos nós, membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo. Atualmente é professor da Universidade de São Paulo e advogado; bacharelou-se pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e é autor de inúmeras publicações: *Direito Penal Intertemporal e a Nova Codificação Processual Penal: Lineamentos do Processo Penal Romano; Mandado de Segurança contra Ato Jurisdicional Penal; Do Corpo de Delito no Direito Processual Penal brasileiro; Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal brasileiro; e Ministério Público e Investigação Criminal*, de sua autoria do Ministro José Arnaldo da Fonseca, atual Coordenador-Geral da Justiça federal e Diretor do Centro de Estudos Judiciários.

O Sr. Rodrigo César Rebello Pinho é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; foi procurador de Justiça, promotor público de São Caetano do Sul/SP e diretor da Escola Superior do Ministério Público. Atualmente, é chefe do Ministério Público do Estado de São Paulo; professor de Direito Constitucional e autor de livros conhecidos como: *Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais e Da Organização do Estado, dos Poderes e Histórico das Constituições*.

O Deputado João Campos de Araújo é pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Católica de Goiás; foi diretor industrial e administrativo-financeiro do Complexo Penitenciário Agroindustrial de Goiás, delegado-geral de polícia do Município de Aparecida de Goiânia e chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. Atualmente é deputado federal pelo Partido da Social Democracia Brasileira.

A todos esses ilustres brasileiros, membros desta Mesa, minha homenagem pelo currículo, em nome dos participantes do evento.

Faço apenas uma referência inicial e, se necessário, ao Final das palestras ou das apresentações: o nosso Código de Processo Penal vem da década de 1940, de tempos não muito claros, e cuidou de um inquérito, de um processo, de um recurso, de uma execução, de uma polícia, de um Ministério Público e de um Judiciário ajustados ao tempo de sua elaboração. Aquela criminalidade tradicional desenvolveu-se até os dias de hoje, mesmo nos tipos previstos. Sucederam-se as criminalidades financeira, econômica, tributária e organizada. Finalmente, estamos diante da criminalidade transnacional, e ainda não vivemos no Brasil o que fora já se vive, o chamado "Direito Penal do Risco".

Certamente, perguntar por essa legislação, em face dessa nova criminalidade, bastaria para sintetizar essa apresentação, pensar que, entre aquela criminalidade tradicional e a outra que se foi acrescentando, progressivamente, criou-se uma mediação, algo que se interpõe entre o fato, a sua apuração e as instituições participantes da persecução criminal.

Essa criminalidade financeira, econômica e tributária nasce no *bureau*, no interior dos gabinetes, não está à vista, aos olhos dos agentes da Polícia, daqueles encarregados da persecução criminal, e cria um problema fundamental, o acesso a esse acervo documental, indispensável

ao efetivo desenvolvimento da persecução criminal. É a partir desses pontos fundamentais que podemos compreender as modificações, aspirações e frustrações de hoje.

Se quiserem ter presente algo que muito sintetiza essa questão, no nosso Código de Processo Penal – perdoe-me o Professor Lauria Tucci por fazer esta pequena observação –, quis o legislador que ficasse uma polícia encarregada da investigação; quis que o Ministério Público formasse a *opinio delicti*, ou seja, o seu juízo a respeito da ocorrência do crime, sem nenhuma participação nessa investigação, de modo a assegurar-lhe uma pureza, uma isenção na formação daquela opinião do delito. Quis ainda o magistrado separado dessas duas funções: nem investiga nem acusa, apenas julga; pretendeu-se, então, ficassem esses três comprometimentos isolados para, progressivamente, como que hipostasiar as pessoas dos fatos, o promotor, que não participou da investigação, denunciasse, e o juiz, que não investigou nem acusou, julgasse.

Na história, há um elenco de impedimentos ao Ministério Público. Ele não podia funcionar na Polícia, e, caso funcionasse, não podia atuar como promotor. Progressivamente, ele passou a assistir aos inquéritos. A jurisprudência vacilou, de certa maneira, ao impedi-lo, nas velhas origens do processo, de participar deste para depois consentir e ampliar seu poder investigatório, que antes era apenas de requisição de complementos para o oferecimento da denúncia.

Posteriormente, o Ministério Público quis ser o *dominus* da própria investigação, com a Polícia preordenada à sua atividade, não apenas institucionalmente, mas também administrativamente.

E, por fim, nessa nova criminalidade, em que o modelo anterior não se mostrava ajustado à investigação, esse poder investigatório desenvolveu-se sem grande discussão.

O momento no qual vivemos está se superando e encontra-se no Supremo Tribunal federal a questão: o Ministério Público pode ou não investigar? A jurisdição caminha no sentido de uma resposta afirmativa. Nessa atualidade, decidiremos como essa participação pode e deve ter lugar, como essas novas exigências da investigação podem posicionar-se à luz de uma legislação, de uma Constituição, que ficou forte nas garantias individuais.